



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

30/10/2017 ATÉ 30/10/2017

INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 G1 MARANHÃO.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	2
	2.2 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	3
	2.3 ICURURUPU.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DANIEL MATOS.....	5
	3.2 BLOG FLÁVIO AIRES.....	6
	3.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	7
	3.4 BLOG MARCELO VIEIRA.....	8
	3.5 IMIRANTE.COM.....	9
	3.6 INTERNET - OUTROS.....	10
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG CESAR BELO.....	11
	4.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	12
	4.3 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	13
	4.4 BLOG LOUREMAR FERNANDES.....	14
	4.5 BLOG O INFORMANTE.....	15
	4.6 BLOG RICARDO MARQUES.....	16
	4.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	17 18
	4.8 SITE O ITAQUI.....	19
5	JUÍZES	
	5.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	20
	5.2 BLOG AQUILES EMIR.....	21
	5.3 BLOG DA KELLY.....	22
	5.4 BLOG DO VALDEMIR OLIVEIRA.....	23
	5.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	24
	5.6 BLOG MARCELO VIEIRA.....	25 26
	5.7 BLOG MARCO DEÇA.....	27
	5.8 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	28
	5.9 NOTÍCIA DA FOTO	29
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	30
	6.2 G1 MARANHÃO.....	31
	6.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	32
	6.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	33
	6.5 SITE SUA CIDADE.....	34
7	VARA DA FAMÍLIA	
	7.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	35

Corregedoria Geral de Justiça e Prefeitura assinam termo para a regularização fundiária em bairros de São Luís

30/10/2017 18:00:18

A juíza Sara Gama representou a corregedora-geral na assinatura do termo com a Prefeitura da Capital.

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Certificação à Regularização Fundiária nas [Áreas de Sesmarias](#) de São Luís, que objetiva o levantamento de informações e posterior entrega de títulos de propriedades aos moradores que residem em áreas da Capital em situação de usucapião urbano. A solenidade foi realizada no último dia 20, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

O ato contou com a presença da juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representando a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz; do prefeito Edivaldo Holanda Júnior; do secretário de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo; das juízas Luzia Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública) e Diva Mendes (13º Juizado do Maracanã); do cartorário do 2º Registro de Imóveis da Capital, Jurandir Leite; do representante do SINDUSCON-MA, Fábio Nahuz, e representantes comunitários.

A juíza Luzia Neponucena, que coordena as ações de regularização fundiária na Capital, esclareceu que as áreas sob processo de regularização são ocupações consolidadas há muitos anos, e ressalta que as áreas inseridas no termo assinado compreendem núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, conforme dispõe o art. 13, inciso I da Lei nº 13.465/2017, que dispensa a comprovação de pagamento de tributos ou peculiaridade tributária. "Para viabilizar esse momento, a Corregedoria baixou provimento tornando possível o registro de propriedade dos imóveis sob usucapião especial, o que constitui um grande ato de ação social, de cidadania", explicou a juíza.

A juíza Sara Gama disse que o Judiciário joga um papel importante na defesa da sociedade. "Esse momento mostra a Casa da Justiça a serviço da sociedade, que se faz além dos processos, pois a regularização fundiária é realizada a partir de procedimentos extrajudiciais que requerem a participação efetiva da população, numa conjugação de forças das instituições envolvidas", ressaltou a magistrada.

O prefeito de São Luís relatou as tentativas dos gestores municipais em realizar a regularização fundiária no âmbito do município, e parabenizou a Corregedoria por viabilizar esse projeto. "O Poder Judiciário vem fazendo uma verdadeira revolução nesta área, ajudando muito o município e o Estado, a exemplo do trabalho de regularização imobiliária que vem sendo efetivada na Cidade Olímpica. Por isso agradeço a

magistrada Luzia Neponucena pelo esforço despendido nessas ações, e sinto-me honrado em participar de tão importante ato de cidadania", frisou Edivaldo Holanda Júnior.

O Secretário municipal de Urbanismo e Habitação destacou os avanços e esforços da Corregedoria, Prefeitura, e Governo do Estado para regularizar os imóveis ocupados e não registrados. "Quero destacar o grande e importante trabalho de regularização fundiária que vem sendo executado pelo Poder Judiciário através da Corregedoria da Justiça, que desonerou os que mais precisam e, agora, com a assinatura do Termo de Certificação de Regularização das Áreas Sesmarias", explicou Mádison Leonardo.

O representante comunitário Fernando Francisco de Sousa Pires, do bairro Vera Cruz, presente ao ato, falou da importância da assinatura do termo de regularização. "Este ato é de grande importância para nossas comunidades, pois traz dignidade para os moradores desses bairros, que não têm títulos de seus imóveis", avaliou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Clima em Bacabal é de normalidade apesar da disputa jurídica e política

A disputa jurídica e política em que vive imersa a cidade de Bacabal não é o suficiente para alterar a rotina da cidade. Tudo transcorre dentro da mais perfeita ordem com as instituições funcionando normalmente e o cotidiano da cidade seguindo o seu fluxo normal.

Esse é um fato curioso apontado por todos que chegam na cidade e, de fora, imaginavam que os bacabalenses estivessem em clima de comoção.

Vários fatores contribuem para a normalidade. Primeiro que a disputa em torno da prefeitura de Bacabal não foi judicializada com o pedido para que o presidente da Câmara declarasse vago o cargo de prefeito, fato ocorrido na sexta-feira (27).

A judicialização da disputa começou desde a campanha eleitoral e se acentuou depois da eleição por ocasião da posse de José Vieira que assumiu por força de uma liminar do ministro Gilmar Mendes.

Momentos mais tensos já foram experimentados pela sociedade bacabalense, como o episódio da eleição da Câmara.

O episódio do momento que pode ser decidido pela canetada do desembargador Guerreiro Júnior (, é so mais um da novela em que se transformou a disputa que tem de um lado Roberto Costa e do outro José Vieira, tendo o Judiciário como o fiel da balança.

Evidência de normalidade é o diálogo entre os poderes

Maior evidência do que afirmo, está nas palavras do jornalista Abel Carvalho que em seu conceituado blog, conta a negociação a respeito da presença do vice-prefeito Florêncio Neto para tomar posse na sessão convocada pelo presidente da Câmara de Vereadores:

Um pedido informal feito pelo procurador-geral do município de Bacabal, advogado Ítalo Gomes, ao presidente da câmara de Bacabal, vereador Edvan Brandão (PSC), fez com que Brandão apenas abrisse e encerrasse a sessão ordinária convocada para este sábado, 28, e convocasse uma nova sessão extraordinária para a próxima segunda-feira, 30, às 10 horas.

Ítalo Gomes, além de procurador do município, é também amigo pessoal do vice-prefeito Florêncio Neto, e em nome dele, com o compromisso do seu comparecimento na sessão marcada para a segunda-feira, solicitou o adiamento da reunião extraordinária.

Gomes mostrou para Brandão que Neto vive um momento pessoal extremamente delicado, uma vez que acaba de perder o filho recém-nascido, e precisa se manter ao lado da família, recolhido ao seu luto, necessitando de tempo e de tranquilidade para se refazer do choque sofrido.

Aliados de Zé Vieira já manifestam tranquilidade

Depois da recusa do juiz Jorge Leite em conceder o Mandado de Segurança, muitos aliados do prefeito José Vieira já foram vistos a demonstrarem tranquilidade. Argumentam que mesmo que Zé Vieira não retorne ao cargo pela via judicial, o comando da prefeitura estará nas mãos de um aliado, no caso o vice-prefeito Florêncio Neto.

Entendendo a situação, o povo segue a sua vida se limitando a comentar e discutir o fato nos senadinhos da cidade, sem maiores alterações.

Eis uma boa notícia que se extrai de toda essa celeuma

Cláudio Humberto diz que vontade de Flávio Dino vale mais que decisão da Justiça para reintegração de posse

28/10/2017 00:00:00

O fato não é novidade, pois já foi mostrado em reportagem do site **Maranhão Hoje** em maio deste ano ([leia aqui](#)) e abordado no Congresso Nacional pelo senador Roberto Rocha, mas em sua coluna deste sábado (28), publicada em diversos jornais brasileiros, dentre eles o Pequeno, e na internet (www.diariodopoder.com.br), o jornalista Cláudio Humberto mostra como as decisões judiciais para reintegrações de posse vêm sendo tratadas no Maranhão, onde a determinação de um juiz no exercício da função vale menos do que a de juiz que mudou de profissão, no caso o governador Flávio Dino (PCdoB).

Segundo Cláudio Humberto, o último levantamento não oficial indica que mais de 700 mandados judiciais de reintegração de posse estão sendo ignorados pelo Governo do Maranhão, devido às normas criadas pelo Governo do Estado, condicionando o cumprimento desses mandados à avaliação de uma comissão de "prevenção à violência", que ele nomeou, ou seja "a decisão final é do próprio Dino, dizem representantes das vítimas de invasões dos movimentos sociais", frisa o jornalista, que completa: "Em dois anos, desde a adoção de regras para cumprir ordens judiciais, foram cumpridas apenas cinco reintegrações, segundo as vítimas".

O último dado oficial disponível é de fevereiro deste ano, quando permaneciam pendentes de cumprimento 471 mandados de reintegração de posse, e a Secretaria de Direitos Humanos se nega a informar quantos são os casos ainda pendentes.

Vale destacar que este absurdo é ignorado pelo Tribunal de Justiça, pela Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Ministério Público (estadual e federal), pela Associação dos Magistrados, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), enfim, de todos os órgãos que deveriam estar mais preocupados com o cumprimento da Constituição do que aquele que jurou cumpri-la e protegê-la.

QUANDO A CABEÇA DE BAIXO DOMINA A DE CIMA : PAULO MARINHO VÍTIMA DO PRÓPRIO PÊNIS TERIA DITO QUE SE NELMA SARNEY TIVESSE SIDO ELEITA PRESIDENTE DO TJ-MA ELE NÃO TERIA SIDO PRESO

outubro 29, 2017 Augusto joao barcelo Comentários

Paulo Marinho/ PM jactava-se ao ser chamado de "Pau de Mel". Ele emprenhou quase uma dezenas de mulheres. Preso por não pagar pensão se diz vítima de perseguição política. Pode uma conversa/ lorota desta?

Resultado de imagem para gozar chargeResultado de imagem para o ganhão carlos zéfiro

Paulo Marinho/ agora chamado Dr. "Paulo Pedrinhas" teria dito brabo : "se Nelma Sarney tivesse sido eleita Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão eu não teria sido preso/ descido para Pedrinhas". Mudou então?

Resultado de imagem para preso chargeResultado de imagem para paulo marinho

Paulo Marinho/ ex "Pau de Mel"/ agora "Paulo Pedrinhas" foi detido diversas vezes nos governos de Roseana Sarney/ mas na hora de ser preso ligava para Fernando Sarney que conseguia o "habeas corpus celestes".

Resultado de imagem para paulo marinho e fernado sarneyResultado de imagem para paulo marinho e fernado sarney

Paulo Marinho/ agora Paulo Pedrinhas agradece sua mulher/ seus filhos verdadeiros/ rejeitando publicamente os quatro filhos fora do casamento. Paulo Marinho/ o "Dr. Pedrinhas" zombava das mães que o acionavam na Justiça rindo/ dizendo:

Resultado de imagem para paulo marinho e fernado sarneyResultado de imagem para Sargento Garcia Zorro

"Vocês que experimentaram/ gostaram do meu "chicote pequeno/ fino" só vão conseguir me prender no dia em que o Sargento Garcia conseguir agarrar o Zorro". Mudou sem os Sarney no Governo/ no Tribunal de Justiça.

OAB Imperatriz visita juiz de direito recém empossado da comarca de Montes Altos

30/10/2017 00:00:00

Na última sexta-feira (27/10), a OAB Subseção Imperatriz representada pelo seu presidente, Heleno Mota, pela vice-presidente, Celma Baiano e pela integrante da Comissão de Direitos Humanos, Kelma Sales, visitou a comarca de Montes Altos para uma reunião com o recém empossado juiz de direito, Ítalo Lopes Gondim.

A reunião objetivava propor métodos e estratégias em conjunto, para que a comarca de Montes Altos resolva a alta demanda de antigos processos, além da questão da carência na quantidade de servidores, tudo isso visando uma melhor prestação jurisdicional na cidade.

O juiz Ítalo Gondim se mostrou muito solícito, aberto a sugestões e determinando a mudar a realidade da comarca, visando um equilíbrio de toda essa problemática, onde a OAB Subseção Imperatriz e os advogados da região presentes na reunião, prometeram ajudar com o que for possível para auxiliar nesse grande desafio, visando a solução desses problemas de longa data na localidade.

"É uma renovação que nos traz esperança de novos momentos na gestão da comarca de Montes Altos, pois há uma grande demanda, com muitos processos antigos e carência no número de servidores, gerando um impacto na entrega da prestação jurisdicional de qualidade. Ficamos satisfeitos, pois vimos que o juiz, Ítalo Gondim tem boa vontade e muita abertura ao diálogo, e buscará o melhor entendimento entre a OAB Subseção Imperatriz, advogados da região e a própria comarca, no intuito de provermos o melhor andamento possível e resolução desses processos", pontuou o presidente da OAB Subseção Imperatriz, Heleno Mota, sobre esse novo momento da jurisdição em Montes Altos.

Marcial Lima defende que Justiça ouça polícia antes de soltar traficantes

Por **Daniel Matos** • domingo, 29 de outubro de 2017 às 12:24

Marcial Lima alerta que traficantes saem da cadeia pela porta da frente com facilidade

Em discurso na tribuna da Câmara Municipal de São Luís, o vereador Marcial Lima (PEN) defendeu a atuação conjunta da Justiça com as autoridades policiais na análise de pedidos de soltura de traficantes. Para Marcial, a aproximação entre o Judiciário e a polícia, nesses casos, pode evitar a libertação fácil de indivíduos envolvidos com o comércio de entorpecentes presos com grande quantidade de drogas, a exemplo de um homem e uma mulher flagrados com 200 kg de maconha, no último dia 19, em São José de Ribamar, e soltos menos de 72 horas depois.

O vereador destacou a insatisfação das forças de segurança pública com a liberação dos traficantes e citou a atitude do chefe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), delegado Tiago Bardal, que expôs na mídia local e de outros estados o seu descontentamento com a decisão judicial. Segundo ele, ao soltar o casal a Justiça jogou por terra um trabalho de investigação policial que durou meses. “A banditagem tem uma facilidade impressionante de sair pela porta da frente das cadeias do Maranhão”, declarou o líder do PEN no parlamento municipal, afirmando que muitos dos beneficiados com a liberdade volta a explorar o tráfico.

Marcial Lima lembrou, ainda, o caso de um traficante de armas, preso em julho com um arsenal, incluindo 10 fuzis, que hoje está livre.

Criminalidade

O vereador alertou que do total de homicídios e latrocínios registrados em São Luís, em torno de 70% estão diretamente relacionados ao tráfico. Lembrou, ainda, que muitos produtos de assaltos e furtos têm como destino as bocas de fumo, para serem trocados por drogas. “O celular que é roubado em uma parada de ônibus e a televisão que o ladrão rouba da casa do cidadão trabalhador vão parar nas mãos de um traficante”, afirmou.

Marcial apela à nova gestão do Tribunal de Justiça, que será empossada em dezembro, a analisar a questão, para que a Polícia Civil e a Polícia Militar sejam consultadas antes de qualquer decisão que possa favorecer o tráfico. Assista ao vídeo:C

CGJ e Prefeitura de São Luís assinam termo para regularização fundiária de bairros

30/10/2017 00:00:00

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Certificação à Regularização Fundiária nas Áreas de Sesmarias de São Luís, que objetiva o levantamento de informações e posterior entrega de títulos de propriedades aos moradores que residem em áreas da Capital em situação de usucapião urbano. A solenidade foi realizada no último dia 20, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

O ato contou com a presença da juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representando a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz; do prefeito Edivaldo Holanda Júnior; do secretário de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo; das juízas Luzia Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública) e Diva Mendes (13º Juizado do Maracanã); do cartorário do 2º Registro de Imóveis da Capital, Jurandir Leite; do representante do Sinduscon-MA, Fábio Nahuz, e representantes comunitários.

A juíza Luzia Neponucena, que coordena as ações de regularização fundiária na Capital, esclareceu que as áreas sob processo de regularização são ocupações consolidadas há muitos anos, e ressalta que as áreas inseridas no termo assinado compreendem núcleos urbanos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, conforme dispõe o Art. 13., inciso I da Lei nº 13.465/2017, que dispensa a comprovação de pagamento de tributos ou peculiaridade tributária. "Para viabilizar esse momento, a Corregedoria baixou provimento tornando possível o registro de propriedade dos imóveis sob usucapião especial, o que constitui um grande ato de ação social, de cidadania", explicou a juíza.

A juíza Sara Gama disse que o Judiciário joga um papel importante na defesa da sociedade. "Esse momento mostra a Casa da Justiça a serviço da sociedade, que se faz além dos processos, pois a regularização fundiária é realizada a partir de procedimentos extrajudiciais que requerem a participação efetiva da população, numa conjunção de forças das instituições envolvidas", ressaltou a magistrada.

O prefeito de São Luís relatou as tentativas dos gestores municipais em realizar a regularização fundiária no âmbito do município, e parabenizou a Corregedoria por viabilizar esse projeto. "O Poder Judiciário vem fazendo uma verdadeira revolução nesta área, ajudando muito o município e o Estado, a exemplo do trabalho de regularização imobiliária que vem sendo efetivada na Cidade Olímpica. Por isso agradeço a magistrada Luzia Neponucena pelo esforço despendido nessas ações, e sinto-me honrado em participar de tão importante ato de cidadania", frisou Edivaldo Holanda Júnior.

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação destacou os avanços e esforços da Corregedoria, prefeitura, e governo do Estado para regularizar os imóveis ocupados e não registrados. "Quero destacar o grande e importante trabalho de regularização fundiária que vem sendo executado pelo Poder Judiciário através da Corregedoria da Justiça, que desonerou os que mais precisam e, agora, com a assinatura do Termo de Certificação de Regularização das Áreas Sesmarias", explicou Mádison Leonardo.

O representante comunitário Fernando Francisco de Sousa Pires, do Bairro Vera Cruz, presente ao ato, falou da

importância da assinatura do termo de regularização. "Este ato é de grande importância para nossas comunidades, pois traz dignidade para os moradores desses bairros, que não têm títulos de seus imóveis", avaliou.

Bairros

A área beneficiada pelo termo assinado entre a CGJ, Prefeitura de São Luís e parceiros compreende os bairros: Alemanha, Apeadouro, Aurora, Bairro Diamante, Barreto, Calhau, Camboa, Caratatiua, Fabril, Fé em Deus, Forquilha I, Ivar Saldanha, João Paulo, Jordoa, Liberdade, Matança, Monte Castelo, Outeiro da Cruz, Radional, Santo Antônio, Santa Cruz, Santos Dumont, Vera Cruz, Vila Conceição, Vila Cruzado, Vila Lobão, Vila Palmeira, Vila União, Areinha, Bairro de Fátima, Bairro Primavera, Barreto, Belira, Bom Jesus, Bom Milagre, Coréia, Coroadinho, Fumacê, Goiabal, Ivar Saldanha, Lira, Madre Deus, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Redenção, Retiro Natal, Sacavém, Salina do Sacavém, Túnel do Sacavém, Vila Ariri, Vila Conceição, Vila dos Frades, Vila dos Nobres, Vila Passos - Caminho da Boiada e Desterro.

(Informações do TJ-MA)

Acusado de tentativa de homicídio será julgado em Cantanhede

30/10/2017 00:00:00

Um homem, identificado como Roberto Leal, será julgado nesta terça-feira (31), na Comarca de Cantanhede. A sessão terá a presidência do juiz Paulo do Nascimento Júnior. O julgamento de Roberto Leal segue tabela divulgada pelo Fórum de Cantanhede na semana passada. O júri tem início às 9 horas.

Roberto Leal é acusado de, no dia 10 de junho de 2001, por volta das 23h30min, entre a Rua Benedito Lopes e a Rua do Cemitério, ambas localizadas na cidade de Cantanhede, tentar matar o homem, identificado como Zé Bocão, não conseguindo consumir seu intento por motivos alheias a sua vontade. Naquele dia, realizava-se uma festa no Bar Três Estrelas. Relata a denúncia que a vítima entrou no bar sem pagar, após travar discussão com o porteiro.

Em seguida, o pai do ofendido ali chegou, tendo igualmente discutido com o porteiro da festa, pois também pretendia entrar no recinto sem efetuar o pagamento devido, em razão do que Zé Bocão reaproximou-se do porteiro, segurando uma garrafa nas mãos e, após ligeira discussão, saiu do local fazendo ameaças.

O denunciado, após indagar ao porteiro o que havia acontecido, saiu daquele estabelecimento comercial portando uma arma de fogo na cintura ? revólver, marca Rossi, calibre 38, tendo se deparado com a vítima, momento em que teria efetuado três disparos.

No dia 14 de novembro, o réu será José Domingos Silva. Os outros júris são de Dielson Brandão (16 de novembro), Charles Pereira dos Santos (dia 21 de novembro), Francisco da Luz (dia 28 de novembro), e Fábio da Silva Moreira, marcado para o dia 30 de novembro e que encerra a pauta em Cantanhede.

(Informações do TJ-MA)

Zé Vieira Protocolou mandado de segurança, mas juiz titular da 3º Vara de Bacabal indeferiu.

O juiz Jorge Sales Leite, titular da 3ª Vara de Bacabal, indeferiu hoje (28) um pedido do prefeito afastado do Municípios, Zé Viera (PP), e manteve válido o ato do presidente da Câmara, Edvan Brandão, que, após comunicação do Tribunal de Justiça, declarou a vacância do cargo do gestor.

O progressista protocolou um mandado de segurança na Justiça pedindo que o ato fosse considerado nulo, porque praticado apenas pelo presidente do Legislativo, não pela Mesa Diretora.

O magistrado, no entanto, não acolheu os argumento de Vieira.

“Compulsando os autos, verifica-se ainda a inviabilidade, neste momento, do conhecimento da antecipação da tutela, [...] pois não consta nenhum documento que comprove a alegada nulidade suscitada pelo impetrante [...]. Ademais, além de não trazer elementos probatórios de suas alegações, visualiza-se que existem comprovações contrárias ao alegado, uma vez que o ato ora guerreado se deu em consonância com expressa disposição legal”, destacou Sales Leite.

Com o declaração de vacância do cargo de prefeito, deve assumir o posto o vice-prefeito, Florêncio Neto (PHS). A solenidade de posse estava marcada para a manhã de hoje (28), mas foi adiada a pedido dos advogados do vice, que está de luto pela morte do filho. A nova sessão está marcada para a segunda-feira (30).

TJMA se pronuncia após Polícia Civil pedir CNJ investigação sobre Habeas Corpus

Pedido ocorreu após decisões da justiça do Maranhão que libertaram um preso sem uso da tornozeleira eletrônica e duas pessoas presas em flagrante. Em nota, o TJ esclareceu que ocorreu um equívoco no caso da soltura sem tornozeleira e, ainda, que as medidas para resolver o imbróglio já estavam sendo providenciados.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Tribunal de Justiça do Maranhão esclarece, em relação à medida cautelar de utilização da tornozeleira eletrônica no caso do habeas corpus de Heverton Soares Oliveira, os seguintes fatos:

1. O voto do relator - desembargado José Joaquim Figueiredo dos Anjos - foi pela denegação da medida, seguindo parecer da Procuradoria Geral da Justiça. No voto divergente, de autoria do Des. Tyrone Silva, não consta o uso da tornozeleira eletrônica como medida cautelar para a soltura do requerente.

2. Entretanto, ao acompanhar o voto divergente, o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho acrescentou a utilização da tornozeleira eletrônica entre as medidas cautelares, tendo sido acompanhado, neste ponto, pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. A medida não foi acatada pelo desembargador Tyrone Silva, mas também por maioria de votos, deveria ter sido acrescentada ao voto vencedor e estar determinada no Alvará de Soltura ID 1207474.

3. Em um equívoco do secretário da 3ª Câmara Criminal, ao se basear exclusivamente no voto divergente, não constou no referido alvará a medida cautelar da tornozeleira eletrônica. Diante da apuração dos fatos, de ofício, o presidente da 3ª Câmara Criminal, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, determinou a certificação da falha e retificação do alvará anterior, emitindo novo alvará com a determinação do uso da tornozeleira nesta terça-feira, dia 24 de outubro, tornando o anterior nulo.

4. A nova determinação está sendo oficiada à Secretaria de Segurança do Estado, Procuradoria Geral da Justiça, ao juiz da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha, e demais autoridades e partes do processo.

Aliados de Zé Vieira comemoram decisão do TJ por antecipação

28/10/2017 16:26:47

Depois de perder na Justiça de Bacabal ([reveja](#)), aliados do prefeito afastado Zé Vieira (PP) começaram a comemorar uma possível vitória no Tribunal de Justiça.

Um recurso do progressista deve ser julgado ainda neste fim de semana.

Quem está no plantão do TJ é o desembargador Guerreiro Júnior, que tem ligações com Bacabal.

Talvez por isso, o assessor de comunicação de Zé Vieira, Israel Braga, esteja espalhando em grupos da cidade que basta esperar pela decisão de 2º grau.

Veja:

Além disso, em frente à casa de Vieira o clima já era de festa desde cedo.

Eu, sinceramente, não acredito que o fato de um neto de Zé Vieira ser casado com uma parente do desembargador possa influenciar em qualquer decisão.

Vamos aguardar.

The post [Aliados de Zé Vieira comemoram decisão do TJ por antecipação](#) appeared first on [Gilberto Léda](#).

Paulo Marinho se diz vítima de "perseguição" de Flávio Dino

29/10/2017 11:13:52

O ex-deputado Paulo Marinho se manifestou hoje (29) sobre sua recente prisão e transferência para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas por uma dívida de pensão alimentícia.

Beneficiado por uma decisão que lhe permitiu cumprir prisão domiciliar, ele agradeceu em mensagem nas redes sociais aos amigos e aliados que lhe deram apoio nos últimos dias.

"Agradecer a minha família, minha esposa Marcia, meus filhos verdadeiros, aos advogados do Maranhão, a OAB e ao Sindicato dos Advogados, ao meu irmão e amigo Senador Roberto Rocha, ao Presidente Sarney, a Roseana, a Luiza Rocha, e a todos os meus amigos que de forma direta ou indireta manifestaram preocupação", escreveu.

Segundo Paulo Marinho, ele passou por "momentos de terror [...] fruto da perseguição implacável do Governador Flávio Dino e seus amigos".

"Aproveito para informar que nossa posição política continua imutável contrária ao autoritarismo, a arrogância, a perseguição, e ao despreparo administrativo. Caxias jamais apoiará um governador como Flávio Dino que aqui usou a máquina pública impunemente mesmo assim saiu derrotado. A resposta para Flávio Dino está na bíblia livro negado pelo comunismo. "não matará", ele bem que tentou "matar" minha honra, minha reputação e a minha dignidade,,não conseguiu. Obrigado a todos mais uma vez!!! Usando um velho jargão dos meus tempos de militante estudantil na Uma "a luta continua", completou.

Leia mais

[Paulo Marinho se diz vítima de "perseguição" de Flávio Dino](#)

The post [Paulo Marinho se diz vítima de "perseguição" de Flávio Dino](#) appeared first on [Gilberto Leda](#).

Zé Vieira perde mais uma na Justiça de Bacabal

28/10/2017 14:07:53

O juiz Jorge Sales Leite, titular da 3ª Vara de Bacabal, indeferiu hoje (28) um pedido do prefeito afastado do Município, Zé Viera (PP), e manteve válido o ato do presidente da Câmara, Edvan Brandão, que, após comunicação do Tribunal de Justiça, declarou a vacância do cargo do gestor ([saiba mais](#)).

O progressista protocolou um mandado de segurança na Justiça pedindo que o ato fosse considerado nulo, porque praticado apenas pelo presidente do Legislativo, não pela Mesa Diretora.

O magistrado, no entanto, não acolheu os argumento de Vieira.

"Compulsando os autos, verifica-se ainda a inviabilidade, neste momento, do conhecimento da antecipação da tutela, [...] pois não consta nenhum documento que comprove a alegada nulidade suscitada pelo impetrante [...]. Ademais, além de não trazer elementos probatórios de suas alegações, visualiza-se que existem comprovações contrárias ao alegado, uma vez que o ato ora guerreado se deu em consonância com expressa disposição legal", destacou Sales Leite.

Com o declaração de vacância do cargo de prefeito, deve assumir o posto o vice-prefeito, Florêncio Neto (PHS). A solenidade de posse estava marcada para a manhã de hoje ([reveja](#)), mas foi adiada a pedido dos advogados do vice, que está de luto pela morte do filho.

A nova sessão está marcada para a segunda-feira (30).

Paulo Marinho se diz vítima de "perseguição" de Flávio Dino

O ex-deputado Paulo Marinho se manifestou hoje (29) sobre sua recente prisão e transferência para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas por uma dívida de pensão alimentícia.

Beneficiado por uma decisão que lhe permitiu cumprir prisão domiciliar, ele agradeceu em mensagem nas redes sociais aos amigos e aliados que lhe deram apoio nos últimos dias.

"Agradecer a minha família, minha esposa Marcia, meus filhos verdadeiros, aos advogados do Maranhão, a OAB e ao Sindicato dos Advogados, ao meu irmão e amigo Senador Roberto Rocha, ao Presidente Sarney, a Roseana, a Luiza Rocha, e a todos os meus amigos que de forma direta ou indireta manifestaram preocupação", escreveu.

Segundo Paulo Marinho, ele passou por "momentos de terror [?] fruto da perseguição implacável do Governador Flávio Dino e seus amigos".

"Aproveito para informar que nossa posição política continua imutável contrária ao autoritarismo, a arrogância, a perseguição, e ao despreparo administrativo. Caxias jamais apoiará um governador como Flávio Dino que aqui usou a máquina pública impunemente mesmo assim saiu derrotado. A resposta para Flávio Dino está na bíblia livro negado pelo comunismo. 'não matará', ele bem que tentou 'matar' minha honra, minha reputação e a minha dignidade,,não conseguiu. Obrigado a todos mais uma vez!!! Usando um velho jargão dos meus tempos de militante estudantil na Uma 'a luta continua'", completou.

Nome de Guerreiro Júnior é o mais comentado no disputa jurídica pela prefeitura de Bacabal

Publicada em 28/10/2017 às 21:21:45

Aumentar tamanho do texto Diminuir tamanho do texto

O nome do desembargador Antonio Pacheco Guerreiro Júnior entrou, na tarde deste sábado (28) em todas as conversas a respeito do panorama político da cidade de Bacabal.

Condenado por improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado, o prefeito José Vieira Lins, não é mais o prefeito da cidade segundo ato do presidente da Câmara Municipal (releia).

Os advogados de Zé Vieira buscaram resolver a situação, tornando-o prefeito novamente através de um Mandado de Segurança. O remédio constitucional não pode ser aplicado depois da decisão do juiz Jorge Antonio Sales Leite. Ele indeferiu (negou) o pedido de antecipação de tutela.

Na decisão o juiz diz que não viu no pedido a comprovação inequívoca do direito líquido e certo por parte de José Vieira Lins.

E onde entra Guerreiro?

O nome do eminente desembargador começou a ser comentado depois que assessores do prefeito de Bacabal passaram a apontar que o Tribunal de Justiça ainda hoje daria uma decisão favorável a José Vieira. Coube ao jornalista Gilberto Leda publicar inclusive prints de grupos de Whatsapp a respeito.

A partir daí foi so questão de curiosidade para que as pessoas buscassem o nome do desembargador plantonista. Guerreiro Júnior é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (27) até a madrugada de segunda-feira (30).

O fato do desembargador ter uma mansão em Bacabal e ligações com a política local, não dá direito aos assessores do prefeito de darem como certa uma decisão favorável.

No mínimo é indelicado, não é bom tom. No mínimo....

Cheiro de armação !!! Aliados de Zé Vieira comemoram decisão do TJ por antecipação

28/10/2017 17:46:19

Depois de perder na Justiça de Bacabal ([reveja](#)), aliados do prefeito afastado Zé Vieira (PP) começaram a comemorar uma possível vitória no Tribunal de Justiça.

Um recurso do progressista deve ser julgado ainda neste fim de semana.

Quem está no plantão do TJ é o desembargador Guerreiro Júnior, que tem ligações com Bacabal.

Talvez por isso, o assessor de comunicação de Zé Vieira, Israel Braga, esteja espalhando em grupos da cidade que basta esperar pela decisão de 2º grau.

Além disso, em frente à casa de Vieira o clima já era de festa desde cedo.

Eu, sinceramente, não acredito que o fato de um neto de Zé Vieira ser casado com uma filha do desembargador possa influenciar em qualquer decisão.

Vamos aguardar.

Veja:

Blog do Gilberto Léda

Confiança quebrada! Em menos de uma hora depois da posse, Zé Vieira recorre para derrubar Florêncio Neto da prefeitura

30/10/2017 17:52:48

A decisão de Florêncio Neto de tomar posse como prefeito de Bacabal, desagradou e muito o prefeito Zé Vieira, que esperava uma recusa de seu vice para assumir o comando da prefeitura até que fosse concluída a manobra na justiça para retorná-lo ao cargo. Nos quatro cantos de Bacabal o que se fala é que a confiança entre Zé Vieira e os Florêncio foi quebrada.

Insatisfeito, Zé Vieira não esperou terminar o dia para retirar Florêncio Neto da prefeitura. Ele foi rápido e em menos de uma depois da posse de seu aliado, por volta das 12:00, seus advogados entraram com um agravo de instrumento para derrubar Florêncio Neto da prefeitura.

Com os rumores de um acordo entre João Alberto e os Florêncio, Zé Vieira tratou de tentar abafar a situação e compareceu a sessão que empossou o vice-prefeito. Reuniram a imprensa e deram declarações de que estava tudo bem entre eles. Mas tudo não passou de jogo de cena. Nos bastidores, Zé Vieira se diz traído e que vai ter troco.

A desembargadora Angela Salazar de 2º grau será a responsável por decidir liminarmente se mantém ou não a decisão do juiz de Bacabal que indeferiu o mandado de segurança interposto pelos advogados de Zé Vieira, que pretendia anular o ato do presidente da Câmara pela vacância do cargo de prefeito.

Caso a o agravo seja indeferido, o prefeito ficha suja poderá recorrer até o Supremo, mas caso seja negado aqui no TJMA, ele recorrerá fragilizado ao STJ e ao STF! Resultado deve sair em 72 horas.

Justiça mantém válido ato do presidente da Câmara de Bacabal, Edvan Brandão

28/10/2017 17:04:17

Blog do Gilberto Léda

O juiz Jorge Sales Leite, titular da 3ª Vara de Bacabal, indeferiu hoje (28) um pedido do prefeito afastado do Municípios, Zé Viera (PP), e manteve válido o ato do presidente da Câmara, Edvan Brandão, que, após comunicação do Tribunal de Justiça, declarou a vacância do cargo do gestor ([saiba mais](#)).

O progressista protocolou um mandado de segurança na Justiça pedindo que o ato fosse considerado nulo, porque praticado apenas pelo presidente do Legislativo, não pela Mesa Diretora.

O magistrado, no entanto, não acolheu os argumento de Vieira.

"Compulsando os autos, verifica-se ainda a inviabilidade, neste momento, do conhecimento da antecipação da tutela, [?] pois não consta nenhum documento que comprove a alegada nulidade suscitada pelo impetrante [?]. Ademais, além de não trazer elementos probatórios de suas alegações, visualiza-se que existem comprovações contrárias ao alegado, uma vez que o ato ora guerreado se deu em consonância com expressa disposição legal", destacou Sales Leite.

Com o declaração de vacância do cargo de prefeito, deve assumir o posto o vice-prefeito, Florêncio Neto (PHS). A solenidade de posse estava marcada para a manhã de hoje ([reveja](#)), mas foi adiada a pedido dos advogados do vice, que está de luto pela morte do filho.

A nova sessão está marcada para a segunda-feira (30).

Juiz suspende reintegração de posse do Nova Era, em Ribamar..

30/10/2017 16:00:43

Moradores da comunidade foram informados da decisão pelo deputado estadual Zé Inácio, que atuou para evitar o despejo da área

Zé Inácio com moradores e responsáveis pela articulação que resultou na suspensão do despejo em Nova Era

O juiz Gilmar de Jesus Everton, da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, determinou a suspensão da Ordem de Despejo do Residencial Nova Era, em São José de Ribamar.

Na decisão, o juiz entendeu que o caso envolve uma relação complexa e que requer uma análise e estudo da situação.

- A articulação política com as entidades e órgãos, juntamente com o advogado que está acompanhando o caso, contribuiu para mostrar a situação dos moradores que estavam prestes a serem despejados. Agora, com a suspensão da reintegração de posse, a situação deles deve ser julgada pela Vara especializada em Direitos Difusos e Coletivos para julgar a matéria, por se tratar de um conflito coletivo - disse o deputado Zé Inácio (PT), um dos articuladores do movimento comunitário.

Desde que foi informado sobre a situação pelos moradores, Inácio se mostrou sensibilizado com a causa e realizou algumas ações. Dentre elas, reunião com o Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves.

Para que a situação seja acompanhada pelo Estado e as medidas necessárias de prevenção e assistência de acordo com a Lei Estadual nº. 10.246, de 29 de maio de 2015, sejam cumpridas pela Cooperativa Habitacional do Grupo Comunitário

Independente-COOPHAB, que ajuizou a ação.

O parlamentar, que é membro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, também relatou a decisão judicial aos conselheiros, e repassou o processo a Defensoria Pública do Estado.

Outra medida será oficializar à Prefeitura de São José de Ribamar o pedido de levantamento cadastral das famílias que ocupam a área para que elas não fiquem em estado de vulnerabilidade social.

Paulo Marinho vai cumprir prisão domiciliar com tornozeleira

Por: O Informante

Data de publicação: 27/10/2017 - 18:31

Paulo Marinho vai para prisão domiciliar

O desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, do TJ-MA, decidiu, nesta sexta (27), conceder prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, ao ex-deputado federal e ex-prefeito de Caxias Paulo Marinho, preso em Pedrinhas desde sexta passada (20), por não pagar pensão alimentícia a uma filha. A prisão domiciliar com monitoramento deve ser cumprida em Caxias.

A decisão do desembargador foi em resposta a um pedido de habeas corpus em favor de Marinho, impetrado pelo advogado Mozart Costa Baldez Filho.

Ricardo Duailibe considerou ilegal a transferência de Marinho do sistema prisional de Caxias para Pedrinhas, motivada pelo fato de não haver cela de Estado Maior em Caxias, como prevê a prerrogativa legal para advogados.

Neste caso, segundo Duailibe, a lei estabelece que o detento cumpra prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico, o que deve ocorrer agora,

“Ordeno, ainda, ao Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão (Seap) que, no cumprimento desta ordem, promova a transferência do paciente em veículo que não seja destinado a transporte de presos (camburão ou assemelhado), mas com a devida escolta, de modo a garantir não só a integridade física do paciente e, principalmente, manter sua dignidade como cidadão, evitando qualquer exposição desnecessária, sob pena de incorrer em crime de desobediência”, decidiu Ricardo Duailibe.

Conclui o desembargador:

“Estabeleço ao Juízo da 4ª Vara da Comarca de Caxias (MA), para o cumprimento da ordem ora deferida, que o paciente seja monitorado por tornozeleira eletrônica e, na hipótese de inexistência desta, que o monitoramento seja feito por agente policial, cujas despesas serão arcadas pelo paciente. Fica também determinado que o paciente poderá frequentar aos domingos, culto ou missa da sua religião, podendo ainda ir a consultas médicas ou hospitalares, já que se diz cardíaco, tudo, porém com prévio e expresso comunicado ao Juízo Deprecado”.

Leia mais:

<https://oinformante.blog.br/notas/paulo-marinho-vai-cumprir-prisao-domiciliar-com-tornozeleira/#ixzz4x06AMHI>
a

O advogado das Pedrinhas

Postado em 27/10/2017 10:24:37

Paulo Marinho continua preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O ex-prefeito de Caxias (MA) e deputado federal cassado por corrupção - conhecido pela alcunha de “Paulo Maracutaia” - foi levado sábado (21), após passar a noite de sexta (20) preso na Unidade Prisional de Ressocialização - antiga CCPJ de Caxias - depois que agentes da Polícia Civil o prenderam em cumprimento a um mandado de prisão.

A prisão do político - famoso pelos crimes de corrupção, improbidade administrativa, não pagar pensões alimentícias, rescisões trabalhistas, por atrasar salário de funcionários e não pagar gente viva - foi marcada por polêmicas. Advogados gritaram na porta da cadeia “em defesa das prerrogativas do preso!”

Sim, mesmo depois de cassado por corrupção, considerado ficha suja, e das inúmeras condenações cíveis e criminais - acredite! -, Marinho continua inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Verdade que certa vez a Ordem o suspendeu por se apossar do dinheiro de um cliente. Mas o fato de uma figura com essa ficha corrida ainda ser advogado é um atentado à imagem da categoria. Nem o petista Zé Dirceu - condenado no

Mensalão - chegou a tanto!

É a quarta vez que Paulo Marinho é preso. O mandado que resultou na atual prisão foi expedido, pasme, num distante 7 de dezembro de 2012. E só teria sido cumprido agora - 4 anos, 10 meses e 13 dias depois! - porque o juiz da Terceira Vara da Família da Comarca de Brasília, ao expedir novo mandado de prisão, acionou vários órgãos correccionais - o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - inclusive! Na avaliação do magistrado candango, o caso evidencia fortes indícios de favorecimento pessoal do homem que já foi o principal operador da oligarquia Sarney no leste maranhense.

Aliás, o sistema de rádio e tv do Maracutaia encontra-se fechado - passado na corrente! Dizem que os derradeiros funcionários se cansaram de trabalhar sem receber. Tem até uma piada circulando na cidade. Diz que o penúltimo a sair de lá teria dito: *"O último a sair, por favor, apague a luz!"*. *"Que luz? Tu num sabes que foi cortada há mais de quatro anos, por falta de pagamento!"*



Reintegração de posse no Residencial Nova Era é suspensa, anuncia Zé Inácio

Os moradores do Residencial Nova Era, em São José de Ribamar visitaram nesta quinta-feira 25/10, o Deputado Zé Inácio (PT) em agradecimento ao apoio dado pelo parlamentar ao caso.

A reintegração de posse que autorizava o despejo foi suspensa pelo despacho do juiz Gilmar de Jesus Everton, da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar. Na decisão, o juiz entendeu que o caso envolve uma relação complexa e que requer uma análise e estudo da situação.

“A articulação política com as entidades e órgãos, juntamente com o advogado que está acompanhando o caso, contribuiu para mostrar a situação dos moradores que estavam prestes a serem despejados. Agora, com a suspensão da reintegração de posse, a situação deles deve ser julgada pela Vara especializada em Direitos Difusos e Coletivos para julgar a matéria, por se tratar de um conflito coletivo ”, disse Zé Inácio.

Desde que foi informado sobre a situação pelos moradores, o Deputado Zé Inácio se mostrou sensibilizado com a causa e realizou algumas ações. Dentre elas, reunião com o Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves. Para que a situação seja acompanhada pelo Estado e as medidas necessárias de prevenção e assistência de acordo com a Lei Estadual nº. 10.246, de 29 de maio de 2015, sejam cumpridas pela Cooperativa Habitacional do Grupo Comunitário Independente-COOPHAB, que ajuizou a ação.

O parlamentar, que é membro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, também relatou a decisão judicial aos conselheiros, e repassou o processo a Defensoria Pública do Estado.

Outra medida será oficializar à Prefeitura de São José de Ribamar o pedido de levantamento cadastral das famílias que ocupam a área para que elas não fiquem em estado de vulnerabilidade social.

Justiça determina retirada de estabelecimentos em faixa litorânea da praia do Araçagy

Decisão é resultado de uma ação proposta pelo Ministério Público Federal e pela União

Por G1 MA, São Luís

28/10/2017 20h52 Atualizado 28/10/2017 20h52

Justiça determina retirada de estabelecimentos na praia do Araçagy em São Luís.

A justiça determinou a demolição de bares, casas de veraneio e outras modalidades de ocupação na faixa litorânea da praia do Araçagy. Segundo a decisão judicial, as edificações estão incompatíveis com o ecossistema da região.

De forma voluntária, a retirada das edificações deveriam ocorrer em até 10 dias, mas o prazo já passou. Dessa forma, em até 60 dias as demolições devem iniciar. O vendedor Carlos Alberto é contra as demolições. "Eles deviam organizar a gente aqui, ajudar a gente a receber um público melhor porque aqui tem muita família que vai sair daqui e vai ficar desempregado", conta o dono de uma das barracas.

Já o barraqueiro Igor Costa diz que a notificação foi uma surpresa. "a gente tava já a algum tempo lutando contra essa decisão e ontem recebemos a notificação em todos os bares e ficamos muito tristes", declarou.

Barracas devem ser demolidas em até 60 dias (Foto: Reprodução/TV Mirante) Barracas devem ser demolidas em até 60 dias (Foto: Reprodução/TV Mirante)

Barracas devem ser demolidas em até 60 dias (Foto: Reprodução/TV Mirante)

Resultado de uma ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela União, a decisão divide opiniões entre os que frequentadores da praia. A professora Franciane Pinheiro entende que basta organizar as barracas. "Deveria ser padronizado as barracas e não ter acesso dos carros próximo do mar", afirmou a professora.

Já o policial militar Eduardo Garcês acha que a decisão mudará a paisagem da praia. "Faz parte do cotidiano da praia. Se tirar vai ficar deserta até porque essas barracas aqui são bacanas para as pessoas ficarem debaixo", afirmou.

Justiça condena homem que matou policial civil no Maranhão

Rogério Batista foi condenado a 22 anos e meio de prisão pela morte de uma chefe de captura da Delegacia de Homicídios, em fevereiro.

Por G1 MA, São Luís

27/10/2017 17h25 Atualizado 27/10/2017 17h25

Nesta sexta-feira (27), a Justiça condenou a 22 anos e meio de prisão Rogério Batista Pereira, que matou uma policial civil em fevereiro deste ano. A sentença assinada pela juíza Rafaella Saif Rodrigues, da comarca da Ilha de São Luís, em Raposa, condena Rogério pelo crime de latrocínio contra a chefe de captura da Delegacia de Homicídios, Iran Cerqueira Santos.

No dia 2 de fevereiro deste ano, no Farol do Araçagy, na Raposa, Iran estava na porta de casa, quando dois homens apareceram e a abordaram. Ao tentar roubar a vítima, Rogério e um comparsa trocaram tiros com a policial. Um dos homens, identificado como Leandro da Silva, morreu. A policial foi atingida e levada à UPA do Aracagy, mas não resistiu. Ela tinha 51 anos e trabalhava há 30 anos como policial civil.

Iran Santos tinha 51 anos e estava há 30 anos na polícia no Maranhão (Foto: Reprodução/TV Mirante)

Iran Santos tinha 51 anos e estava há 30 anos na polícia no Maranhão (Foto: Reprodução/TV Mirante)

Iran Santos tinha 51 anos e estava há 30 anos na polícia no Maranhão (Foto: Reprodução/TV Mirante)

As investigações policiais ainda apontaram a participação de um homem identificado como Charlysson Nascimento, proprietário da motocicleta usada no crime. Por meio da esposa de Charlysson a polícia descobriu a participação de Rogério Batista.

CGJ E Prefeitura De São Luís Assinam Termo Para Regularização Fundiária De Bairros

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Certificação à Regularização Fundiária nas Áreas de Sesmarias de São Luís, que objetiva o levantamento de informações e posterior entrega de títulos de propriedades aos moradores que residem em áreas da Capital em situação de usucapião urbano. A solenidade foi realizada no último dia 20, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

O ato contou com a presença da juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representando a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz; do prefeito Edivaldo Holanda Júnior; do secretário de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo; das juízas Luzia Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública) e Diva Mendes (13º Juizado do Maracanã); do cartorário do 2º Registro de Imóveis da Capital, Jurandir Leite; do representante do SINDUSCON-MA, Fábio Nahuz, e representantes comunitários.

A juíza Luzia Neponucena, que coordena as ações de regularização fundiária na Capital, esclareceu que as áreas sob processo de regularização são ocupações consolidadas há muitos anos, e ressalta que as áreas inseridas no termo assinado compreendem núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, conforme dispõe o art. 13, inciso I da Lei nº 13.465/2017, que dispensa a comprovação de pagamento de tributos ou peculiaridade tributária. “Para viabilizar esse momento, a Corregedoria baixou provimento tornando possível o registro de propriedade dos imóveis sob usucapião especial, o que constitui um grande ato de ação social, de cidadania”, explicou a juíza.

A juíza Sara Gama disse que o Judiciário joga um papel importante na defesa da sociedade. “Esse momento mostra a Casa da Justiça a serviço da sociedade, que se faz além dos processos, pois a regularização fundiária é realizada a partir de procedimentos extrajudiciais que requerem a participação efetiva da população, numa conjugação de forças das instituições envolvidas”, ressaltou a magistrada.

O prefeito de São Luís relatou as tentativas dos gestores municipais em realizar a regularização fundiária no âmbito do município, e parabenizou a Corregedoria por viabilizar esse projeto. “O Poder Judiciário vem fazendo uma verdadeira revolução nesta área, ajudando muito o município e o Estado, a exemplo do trabalho de regularização imobiliária que vem sendo efetivada na Cidade Olímpica. Por isso agradeço a magistrada Luzia Neponucena pelo esforço despendido nessas ações, e sinto-me honrado em participar de tão importante ato de cidadania”, frisou Edivaldo Holanda Júnior.

O Secretário municipal de Urbanismo e Habitação destacou os avanços e esforços da Corregedoria, Prefeitura, e Governo do Estado para regularizar os imóveis ocupados e não registrados. “Quero destacar o grande e importante trabalho de regularização fundiária que vem sendo executado pelo Poder Judiciário através da Corregedoria da Justiça, que desonerou os que mais precisam e, agora, com a assinatura do Termo de Certificação de Regularização das Áreas Sesmarias”, explicou Mádison Leonardo.

O representante comunitário Fernando Francisco de Sousa Pires, do bairro Vera Cruz, presente ao ato, falou da importância da assinatura do termo de regularização. “Este ato é de grande importância para nossas

comunidades, pois traz dignidade para os moradores desses bairros, que não têm títulos de seus imóveis”, avaliou.

A área beneficiada pelo termo assinado entre a CGJ, Prefeitura e parceiros compreende os seguintes bairros.

Alemanha, Apeadouro, Aurora, Bairro Diamante, Barreto, Calhau, Camboa, Caratatiua, Fabril, Fé em Deus, Forquilha I, Ivar Saldanha, João Paulo, Jordoa, Liberdade, Matança, Monte Castelo, Outeiro da Cruz, Radional, Santo Antônio, Santa Cruz, Santos Dumont, Vera Cruz, Vila Conceição, Vila Cruzado, Vila Lobão, Vila Palmeira, Vila União, Areinha, Bairro de Fátima, Bairro Primavera, Barreto, Belira, Bom Jesus, Bom Milagre, Caratatiua, Coréia, Coroadinho, Fumacê, Goiabal, Ivar Saldanha, João Paulo, Jordoa, Lira, Madre Deus, Matança, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Monte Castelo, Outeiro da Cruz, Redenção, Retiro Natal, Sacavém, Salina do Sacavém, Santo Antônio, Santos Dumont, Túnel do Sacavém, Vera Cruz, Vila Ariri, Vila Conceição, Vila dos Frades, Vila dos Nobres, Vila Lobão, Vila Passos - Caminho da Boiada e Desterro. Com Informações da Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Justiça manda soltar médico acusado de estupro, em Imperatriz

IMPERATRIZ - O médico cardiologista Claumir Simões, que é [suspeito de uma tentativa de estupro](#), contra uma paciente de 40 anos, foi solto na última sexta-feira (27). Ele agora vai responder o processo em liberdade.

De acordo com informações da promotora Raquel Chaves, o médico foi solto através de uma decisão judicial do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Antônio Guerreiro Júnior, que concedeu uma liminar sem ouvir o Ministério Público.

Claumir Simões Ele é acusado de tentar [estuprar uma paciente dentro de um consultório médico](#), no posto de Saúde Três Poderes. O crime teria acontecido no mês de junho.

Ele foi preso no último dia 20, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva, solicitado pelo Ministério Público. A prisão foi feita no momento em que o médico prestava o segundo depoimento. O caso vinha sendo investigado desde a época do crime.

Erivelton T. Neves perde mais uma no TJMA

Na ação DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ADI 0803113-80.2017.8.10.0000 - Inconstitucionalidade Material PREFEITO MUNICIPAL DE CAROLINA - ERIVELTON TEIXEIRA NEVES X MUNICIPIO DE CAROLINA - CÂMARA MUNICIPAL

APÓS DECISÃO; ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Pleno, por unanimidade de votos, em indeferir a Medida Cautelar requerida, nos termos do voto do Desembargador Relator. Prefeito Erivelton recorre e entra com Embargos de Declaração, **mas não teve sucesso em sessão 27/10/2017 15:50:09 - Deliberado em Sessão - Julgado**

OAB Imperatriz visita juiz de direito recém empossado da comarca de Montes Altos

Na última sexta-feira (27/10), a OAB Subseção Imperatriz representada pelo seu presidente, Heleno Mota, pela vice-presidente, Celma Baiano e pela integrante da Comissão de Direitos Humanos, Kelma Sales, visitou a comarca de Montes Altos para uma reunião com o recém empossado juiz de direito, Ítalo Lopes Gondim.

A reunião objetivava propor métodos e estratégias em conjunto, para que a comarca de Montes Altos resolva a alta demanda de antigos processos, além da questão da carência na quantidade de servidores, tudo isso visando uma melhor prestação jurisdicional na cidade. O juiz Ítalo Gondim se mostrou muito solícito, aberto a sugestões e determinando a mudar a realidade da comarca, visando um equilíbrio de toda essa problemática, onde a OAB Subseção Imperatriz e os advogados da região presentes na reunião, prometeram ajudar com o que for possível para auxiliar nesse grande desafio, visando a solução desses problemas de longa data na localidade.

“É uma renovação que nos traz esperança de novos momentos na gestão da comarca de Montes Altos, pois há uma grande demanda, com muitos processos antigos e carência no número de servidores, gerando um impacto na entrega da prestação jurisdicional de qualidade. Ficamos satisfeitos, pois vimos que o juiz, Ítalo Gondim tem boa vontade e muita abertura ao diálogo, e buscará o melhor entendimento entre a OAB Subseção Imperatriz, advogados da região e a própria comarca, no intuito de provermos o melhor andamento possível e resolução desses processos”, pontuou o presidente da OAB Subseção Imperatriz, Heleno Mota, sobre esse novo momento da jurisdição em Montes Altos.

50 anos no Rio

O desembargador Froz Sobrinho já decidiu e começou a convidar os amigos, através das redes sociais. Seus 50 anos de idade serão comemorados no dia 30 de dezembro na Mansão Botafogo, no Rio. Detalhe importante do convite: ele recomenda aos convidados que ao invés de lhe mandarem presentes façam doações para a Fundação Antonio Brunno, entidade filantrópica que assiste pacientes oncológicos carentes.

TRIVIAL VARIADO

Malú Dias, ao seu lado o marido Miécio Dias, ganhou um régio presente na noite de sábado: a visita-surpresa dos filhos Miécio Jr. e Meikerlen Wassef, que vieram da Bélgica festejar sua nova idade.

Em tempo: a comemoração foi no restaurante Alameda Trinta, numa grande mesa de amigos da aniversariante. Também por lá, Cintia e Fernando Motta com Lara e Marcos Regadas Filho.

No mesmo local, uma mesa animada era comandada pelo desembargador Paulo Velten. Soraya Gonçalves pontificava em outra mesa com Júlio Neves. Também por lá, Larissa (chegando de São Paulo) e Mauro Fonseca.

Foragido da justiça é preso no João Paulo

30/10/2017

Militares abordaram o criminoso, que tinha um mandado de prisão em seus desfavor em aberto

O foragido da justiça, identificado como Braian Robson Rodrigues Costa, de 25 anos, foi preso durante a madrugada de ontem, no bairro do João Paulo, por uma guarnição do 9º Batalhão da Polícia Militar.

O tenente-coronel Harlan, comandante desse batalhão, informou que os militares estavam realizando rondas por essa localidade e ao abordarem Braian Robson constataram que havia um mandado de prisão em seu desfavor pelo crime de roubo. A ordem judicial tinha sido expedida pelo juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Cruz.

O detido foi apresentado no Plantão de Polícia Civil da área Itaqui-Bacanga, onde prestou esclarecimento e, logo após, encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Mais prisões

Os policiais militares prenderam durante a madrugada de domingo, 29, Edionilson da Silva Oliveira Júnior, Júnior Bocão, idade não revelada, em Poção de Pedras, acusado de ter participado do roubo ao ônibus da empresa Sideral, ocorrido na última quinta-feira, na entrada dessa cidade.

Em poder desse criminoso, a polícia apreendeu uma quantidade de maconha. Ainda na sexta-feira, 28, os policiais tinham efetuado a prisão de Jonas da Silva Santos, também acusado de ter participado dessa empreitada criminosa. Com ele, foram apreendidas duas espingardas e objetos de valor, segundo a polícia, oriundo de roubo.

Também nesse dia foi preso José Ribamar Oliveira dos Santos, idade não revelada, acusado de roubo. O major Pereira, comandante da 7ª Companhia Independente da Polícia Militar, informou que esse detido teria roubado uma biana, pequena embarcação, do porto do povoado de Caité, na cidade de Primeira Cruz, no decorrer da noite do último sábado.

Os militares ao realizarem rondas no mar na manhã de domingo, 29, conseguiram prender o criminoso e recapturaram a embarcação. O detido foi apresentado na delegacia dessa cidade onde tomaram as devidas providências.

Acusado de tentativa de homicídio é julgado em Cantanhede

Um homem identificado como Roberto Leal será julgado nesta terça-feira (31) na Comarca de Cantanhede. A sessão terá a presidência do juiz Paulo do Nascimento Júnior. O julgamento de Roberto Leal segue tabela divulgada pelo Fórum de Cantanhede na semana passada. O júri tem início às 9 da manhã.

Roberto Leal é acusado de, no dia 10 de junho de 2001, por volta das 23h30min, entre a Rua Benedito Lopes e a Rua do Cemitério, ambas localizadas na cidade de Cantanhede, tentar matar o homem identificado como “Zé Bocão”, não conseguindo consumir seu intento por razões alheias a sua vontade. Naquele dia, realizava-se uma festa no Bar Três Estrelas. Relata a denúncia que a vítima adentrou o bar sem pagar, após travar discussão com o porteiro.

Em seguida, o pai do ofendido ali chegou, tendo igualmente discutido com o porteiro da festa, pois também pretendia adentrar no recinto sem efetuar o pagamento devido, em razão do que Zé Bocão reaproximou-se do porteiro, segurando uma garrafa nas mãos, e, após ligeira discussão, saiu do local fazendo ameaças.

O denunciado, após indagar ao porteiro o que havia ocorrido, saiu daquele estabelecimento comercial portando uma arma de fogo na cintura — revólver, marca Rossi, calibre 38, tendo se deparado com a vítima, momento em que teria efetuado três disparos.

No dia 14 de novembro o réu será José Domingos Silva. Os outros júris são de Dielson Brandão (16 de novembro), Charles Pereira dos Santos (dia 21 de novembro), Francisco da Luz (dia 28 de novembro), e Fábio da Silva Moreira, marcado para o dia 30 de novembro e que encerra a pauta em Cantanhede.

(CGJ)

REDES SOCIAIS | Juíza maranhense usa postagens do Facebook para determinar pagamento de pensão alimentícia

Por: Prof. Heraldo Moreira

Data de publicação: 30/10/2017 - 7:30

Tags: Magistério

Conteúdo publicado nas redes sociais pode ser usado pela Justiça na hora de fixar o valor da pensão alimentícia. Postagens de carros, viagens, festas, imóveis e outros bens que mostram o padrão de vida dos requeridos são provas de que eles podem arcar com o pagamento da verba alimentar.

Em consulta à rede social (facebook) de um comerciante local, a juíza da 4ª Vara da Família de São Luís, Maria Francisca Gualberto de Galiza, comprovou as afirmações da requerente, na ação de alimentos, de que o ex-marido tem recursos financeiros para manter o filho do casal e determinou que o requerido pague por mês o equivalente a 50% do salário mínimo de verba alimentar à criança. O pai não compareceu à audiência de conciliação na terça-feira (10/10), no Fórum Des. Sarney Costa, e foi julgado à revelia. A ação tramita em segredo de justiça.

Segundo a juíza, a mãe da criança afirmou que o ex-marido é proprietário de estabelecimento comercial e outros investimentos em São Luís e pediu que fosse feita uma pesquisa na página dele no facebook para comprovar seu padrão de vida. Na decisão, a magistrada diz que a consulta na rede social do requerido na internet comprovou as afirmações da requerente de que o demandado ostenta movimentada vida social, podendo arcar com o pagamento da verba alimentar do filho.

No facebook dele, conforme a magistrada, há fotos comprovando a propriedade do estabelecimento comercial, fotografias de viagens, carros e de sua movimentada vida noturna.

Fonte: e-mail da AssCom da CGJ do TJMA

Leia mais:

<http://jornalpequeno.blog.br/heraldomoreira/2017/10/30/redes-sociais-juiza-maranhense-usa-postagens-do-facebook-para-determinar-pagamento-de-pensao-alimenticia/#ixzz4x0AYhK2a>

DIREITO DE FAMÍLIA | Desembargador Lourival Serejo ministra palestra em evento do IBDFAM/MA

O desembargador Lourival Serejo e a servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Bruna Barbieri Waquim, vão ministrar palestra na “3ª Edição dos “Diálogos do BDFAM/MA”, que ocorrerá nos dias 9 e 10 de novembro, no auditório do Fórum de São Luís, no Calhau.

No evento, o desembargador Lourival Serejo desenvolverá o tema “Desafios Contemporâneos do Direito das Famílias”. Bruna Barbieri Waquim, por sua vez, discorrerá sobre “Direito de Família e o Direito da Infância e Juventude: Intersecções a partir da ideia de Direitos Humanos”.

O objetivo é promover a capacitação sobre temas atuais e polêmicos da área de Direito de Família, prestigiando a experiência profissional interdisciplinar aliada à teorização das matérias.

A “3ª Edição dos “Diálogos do BDFAM/MA” é fruto de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Direito de Família no Maranhão (IBDFAM/MA) e a Defensoria Pública do Estado.

A programação no primeiro dia do evento (10/11) será desenvolvida das 17h às 20h. Já no segundo dia (10/11) as palestras ocorrerão das 9h às 12h20 e das 14h às 17h20.

Entre os temas a serem debatidos incluem-se “A atuação da Defensoria Pública para o acesso aos canabinóides medicinais como alternativa ao tratamento de saúde de criança e adolescentes portadores de patologia neurológicas graves” (Davi Rafael Silva Veras e Joaquim Gonzaga de Araújo Neto); “A Guarda Compartilhada na Visão da Advocacia” (Alexandra Ulmann); “Lesbiandade e Direito de Família: Questões Transversais (Lindevania de Jesus Martins Silva).

A programação inclui também as palestras “Criança e Adolescentes LGBT: Do Abuso de Direitos do Poder Familiar ao Reconhecimento da Autonomia da Vontade” (Thiago Viana); “Aproximação entre Direito de Família e Direito Empresarial” (Douglas Philips Freitas); “Tanatologia e Direito de Família” (Josedia Fraga Costa Carvalho); e “Alienação Parental e Guarda Compartilhada na Visão do Serviço Social” (Carlos Montaña).

As inscrições para a 3ª Edição dos “Diálogos do BDFAM/MA” podem ser feitas até esta sexta-feira (3), no site da Defensoria Pública do Maranhão. As vagas são limitadas.

Best free WordPress theme

Share

Homem é condenado a 27 anos de prisão por latrocínio em São José de Ribamar

30/10/17 - Em São José de Ribamar, homem identificado como Ronaldo Costa Silva, 23 anos, é condenado há 27 anos e 9 meses de prisão pelo crime de latrocínio ocorrido 2015. A vítima, André César cunha de Araújo, morreu após reconhecer o assaltante.